

**REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO COTIDIANO
DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CIDADES DE CUIABÁ e VILA BELA DA
SANTÍSSIMA TRINDADE. NO SÉCULO XVIII.**

DOI: 10.18312/connectionline.v0i25.1706

Lúcia Helena Gaeta Aleixo¹

RESUMO

Esta pesquisa teve como propósito analisar como as relações sociais se reproduzem nos espaços públicos das cidades de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade durante no período colonial. Recomendo às discussões propostas por HENRI LEFEBVRE(1992) no tocante ao reconhecimento do espaço urbano como produto social, a abordagem deste trabalho se assenta na percepção de que o período colonial foi responsável por forjar, em Mato Grosso, uma sociedade derivada das condições históricas construídas pelo processo de colonização portuguesa. Seu principal objetivo era assegurar a posse da terra e promover a exploração da riqueza mineral existente neste território tendo como base a população aí fixada. Buscamos trabalhar ainda com as discussões propostas por CERTEAU (2014), cuja importância está presente na abordagem que realiza sobre o cotidiano, apontando que o espaço é um lugar praticado. Lançamos mão também do referencial apoiado por SOBARSO (2006), no qual o espaço é percebido como *aquela que carrega em si valores da sua formação social*. Assim, entendemos que a reprodução das relações sociais se dá no cotidiano das trocas e na convivência entre as diversas categorias de pessoas que habitaram e circularam pelo território colonial.

Palavras-chave: relações sociais, cidade colonial, espaço urbano.

ABSTRACT

This research aimed to analyze how social relations are reproduced in public spaces in the cities of Cuiabá and Vila Bela da Santíssima Trindade during the colonial period. Using the discussions proposed by HENRI LEFEBVRE (1992) on the recognition of urban space as a social product, the approach of this work is based on the perception that the colonial period was responsible for forging in Mato Grosso a society derived from the historical conditions built by the colonization process portuguese, whose main objective was to ensure the possession of the land and promote the exploitation of the mineral wealth existing in this territory based on the population established there. We also seek to work with the discussions proposed by CERTEAU (2014) whose importance is present in the approach that it carries out on daily life, pointing out that space is a practiced place. We also use the framework supported by SOBARSO (2006) in which the space is perceived as one that carries values of its sociais formation. Thus, we understand that the reproduction of social relationships occurs in the daily exchanges and in the coexistence between the different categories of people who lived and circulated in the colonial territory.

¹Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo-USP, professora no Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande-Univag.

Introdução

É o espaço que, afinal, permite a sociedade global realizar-se como fenômeno”
(SANTOS, 1997)

Discutir a questão das relações sociais no contexto dos espaços urbanos requer compreender as contribuições apresentadas por Lefebvre ao identificar o espaço urbano como sendo um produto social.

Para LEFEBVRE (1992), “A cidade tem uma história, ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem-determinados que realizam essa obra em dadas condições históricas”.

Analisar a concepção de espaço importa esquadrihá-lo na perspectiva das abordagens realizadas por autores que discutem o conceito de espaço como algo historicamente construído pelo homem, onde as relações sociais se aprofundam promovendo sua reprodução. É de lembrar ainda que, em diversos momentos da produção do espaço, conflitos socioespaciais aparecem decorrentes dos embates entre aqueles que produzem bens e os produtores do espaço.

Por ser produto social, o espaço urbano adota uma configuração que traz em si componentes do cotidiano das pessoas e populações que nele convivem. Assim, as particularidades, os espaços abstratos, os hábitos, as imagens nem sempre correspondem aos espaços construídos por uma lógica estabelecida pelo poder constituído. Portanto, não há uma homogeneidade sobre a compreensão de sua configuração. Impõe perceber que o homem, ao utilizar um local para viver, se apropria dele conforme suas condições históricas e naturais, daí a singularidade no uso dos espaços urbanos nas diferentes sociedades. Além do quê as representações, as imagens construídas pelas gerações futuras nem sempre demonstram uma racionalidade passível de ser entendida, mas se tornam representações próprias daquele que a observa.

Lefebvre, em seu livro **La production de l'espace** (1974), aponta “que a produção social pode ser visualizada por três momentos: espaço concebido, espaço vivido e espaço percebido”. Para ele, o espaço concebido está carregado de concepções ideológicas, referendado pelo saber técnico. Já o espaço percebido é aquele que carrega em si valores da sua formação social. Por último, o espaço vivido é representativo do espaço social de

reprodução social. Podemos deduzir que o espaço vivido está atrelado ao espaço das representações.

Interessante destacar que sendo o espaço público um produto social entendo que este deva ser compreendido em consonância com a constituição da cidade. Esta é responsável “pela reprodução da sociedade, reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam na prática socioespacial, ou seja, o espaço construído, e modificado, no dia a dia, nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando essa cotidianidade”. (SOBARSO, 2006, p. 94)

Ao tentar investigar a reprodução das relações sociais no cotidiano dos espaços públicos nas vilas e sertões de Mato Grosso no século XVIII, pretendo recuperar o sentido de espaços públicos no período colonial. Convém frisar que esta região foi marcada pela descoberta e exploração aurífera e pela defesa das terras fronteiriças com o domínio espanhol. Os espaços públicos nestes lugarejos, vilas e cidades se tornaram responsáveis por possibilitar, à convivência, encontros entre variadas categorias de pessoas, onde o improvisado era recorrente, ao mesmo tempo em que eram mediadas por relações de consumo, com práticas de exclusão pela presença de escravos, aventureiros, mineradores sobre o olhar do controle e da vigilância das autoridades constituídas. Espaços que se apresentavam como uma nova oportunidade de vida.

Este artigo é composto por cinco subtítulos, o primeiro trata da criação da cidade brasileira embasado no processo de colonização. Já no texto seguinte, debruçamos sobre a Formação da cidade em Mato Grosso, iniciada com as descobertas do ouro por bandeirantes paulistas. O terceiro título Poder e a Colonização, verifica como se processa e se instala o poder na área de fronteira com o domínio espanhol. A seguir discorreremos sobre a Reprodução das relações sociais nos espaços de fronteira, finalizando com a importância do Sagrado no espaço colonial, quando se prioriza a importância das irmandades para o trabalhador escravizado.

A cidade brasileira

Após a descoberta do Brasil, Dom Manuel ordenou que se construíssem feitorias para atender ao tráfico de produtos derivados da extração, além de abastecer os navios em trânsito para as Índias. É oportuno vincar que o maior interesse da Coroa estava

voltado para as Índias Orientais, onde eram encontradas as famosas especiarias. Assim, a construção de feitorias se mostrava solução mesmo que precária, bastava para aquele momento. É relevante trazer à cena o fato de que Dom Manuel estimulava expedições de caráter particular, inclusive franqueava a elas a exploração das terras recém-descobertas. Este mesmo rei ordenava e fornecia uma ajuda de custo àqueles que se dispusesse a enfrentar as dificuldades de uma grande empreitada na América. Ordenava ele “que se eleja um homem prático e capaz de vir ao Brasil dar início a produção de cana de açúcar erguer engenho de açúcar” (SCHWARTZ, 1988, p. 24). Os colonos que se propunham a tentar construir engenhos, ficariam isentos de impostos para exportar livremente, comercializar com outras capitanias, importar sem imposto quaisquer produtos portugueses se trazidos para a colônia por navios portugueses. Ficariam obrigados somente a pagar a siza ordinária.

Assim, as feitorias foram construídas de maneira incipiente e precária, responsável por abrigar uma população de soldados, colonos e degradados. Esperava-se que estes também se dedicassem às atividades agrícolas e pastoris. O intuito não se limitava a abastecer a feitoria, servir para a fixação da população. Acreditava-se que, aos poucos, a feitoria poderia crescer e transformar-se em um pequeno povoado ou até mesmo em uma vila com casas de morada de pau a pique e edifícios públicos.

Em 1530, chegava ao Brasil Martim Afonso de Souza, da Real Casa e Conselho, para fundar a Vila de São Vicente, instalando o primeiro núcleo civil e administrativo colonial do Brasil. Com este ato, estreavam-se as condições necessárias para o desenvolvimento da economia do açúcar no Brasil. A princípio, o primeiro assentamento vai se formando de maneira espontânea, especialmente pela largueza e disponibilidade de terras para um reduzido número de pessoas. A Coroa pretendia colonizar os pontos mais significativos e convenientes ao longo da costa, aproveitando os rios navegáveis como vias de penetração e de transporte.

Sabemos que a ocupação do interior dos sertões no primeiro momento da colonização não favoreceu a formação de cidades, diferentemente do que ocorreu nas possessões espanholas onde se instalou, nas capitais do vice-reinado do México e Peru, uma numerosa burocracia real. Nestas áreas, com o tempo foi formada uma aristocracia cortesã à semelhança, do modelo existente em Madri. (CORREA FILHO, 1969)

No Brasil, os engenhos funcionavam como uma unidade autônoma e autossuficiente, e neles estava localizada a classe de maior poder aquisitivo. O engenho era o lócus do poder civil e religioso, onde se desenrolavam as atividades comerciais e culturais.

Interessante é notar que o incremento da urbanização se dá de 1580 a 1640, período da unificação das Coroas espanhola e portuguesa.

Mas, de fato, a urbanização ocorreu de forma mais efetiva com a descoberta do ouro nas Gerais e posteriormente em Mato Grosso. As antigas cidades litorâneas se tornaram tão somente um ponto de partida e de trânsito para o grande continente.

Enorme a dificuldade de manter a fixação da população em área de fronteira tão extensa, sendo relevante recordar convém lembrar que, com a descoberta do ouro em Mato Grosso, as bandeiras de apresamento se transformaram imediatamente em bandeiras mineradoras, trazendo consigo levas de paulistas, portugueses, mineiros, baianos e tantos outros que vinham à cata da riqueza mineral.

Uma grande onda migratória ia se avolumando à medida que novas descobertas iam sendo desveladas. Chegavam expedições fluviais denominadas de monções. Vinham por vários roteiros transformando Cuiabá no dizer de Afonso Taunay, “de arraial sertanejo em vila paulista, com a mesma organização administrativa, e os mesmos hábitos”. (1949, p. 47)

Nos idos de 1722, grandes levas de pessoas chegavam a Cuiabá saindo de São Paulo, de tal sorte que o governador de São Paulo Rodrigo Cezar informava ao vice-rei “que muita gente já se achava em Cuiabá entre eles muitos homens principais da capitania de São Paulo, alguns criminosos, não sendo menos respeitados por terem grande séquito” (apud, Taunay, 1949 p. 51)

Assim, a densidade populacional trouxe consigo, por acréscimo, a necessidade de criação de uma estrutura que garantisse a sobrevivência da população alojada nas minas, uma estrutura de produção de viveres agrícola e pastoril. Aos poucos sucedia a reprodução das relações sociais resultante do convívio entre pessoas de diferentes categorias sociais. Era importante assegurar a presença destas pessoas para garantir a posse das terras para a Coroa portuguesa. O rio Paraguai favorecia o acesso dos espanhóis às posses portuguesas. O fornecimento de benesses especiais como concessão, mercês e

privilégios aos colonos era imperativo para que a reprodução das relações sociais entre estes habitantes e a Coroa portuguesa se concretizasse.

A grande mobilidade provocada por novos achados de ouro e o esgotamento das antigas áreas de mineração, de uma hora para outra, promoviam o esvaziamento de um núcleo populacional. A largueza das terras e a grande distância entre uma vila e outra revelavam um enorme vazio demográfico exigindo que a Coroa adotasse medidas importantes para reter a população neste território de fronteira.

Em 1768, a população da capitania de Mato Grosso estava assim distribuída: Vila Bela, com 3.820 habitantes registrando que 522 eram homens casados, 2.541, solteiros. As mulheres compunham um grupo de 344 casadas e 622 solteiras. Em Cuiabá, a população contava com 862 homens casados e 3.722 solteiros. As mulheres casadas somavam 966, havendo 2.495 solteiras. O total da população de Cuiabá atingia o montante de 7.077 habitantes. (SILVA 1995, p. 114)

Nos redutos de fronteira, a população também não traduzia um número expressivo de população, mesmo com a instalação de fortificações, presídios e arraiais ao longo dos rios Guaporé e Paraguai.

Jovam Vilela da Silva nos dá à dimensão desta população em seu livro *Mistura de Cores* (1995). Pontua que em 1773, o “Distrito do Forte de Bragança possui um volume populacional assim distribuído:

Localidade de Bragança 330
Lugar de Lamego 233
Destacamento de Palmeira 19
Lugar de Leomil 95
Destacamento de Balcemão 172
Total 819”.

Nota-se que a quantidade de população simbolizava uma dificuldade desmedida em garantir a defesa efetiva da fronteira contra os súditos de Espanha. O contexto demonstra quanto era necessário atender às demandas desta população e, portanto, o processo de fixação exigia medidas que promovessem a melhoria das condições de vida e de controle efetivo dos espaços, mesmo as expensas dos espaços vazios, dos frequentes ataques dos indígenas e dos avanços dos espanhóis sobre as terras de domínio português.

Ficava evidente que a reprodução das relações sociais se dava no convívio, nas trocas e na ocupação de espaços construídos, ao modo como há exemplo das fortificações e da formação de corpos de milícias com o intuito de promover maior segurança tanto nos domínios contra os ataques e incursões promovidos pelos indígenas nos roçados e sítios da região. Para controle dos espaços, o povoamento da região objetivava não só promover a miscigenação da população como de dar guarida aos indígenas, obrigando a população a ser tolerante com os gentios, permitindo a fixação e o aumento populacional na região.

A formação da cidade em Mato Grosso

A cidade colonial vai se tornar o alicerce do poder central, responsável por representar o poder régio, centro irradiador da conquista e colonização a partir do século XVIII. Iniciava-se o processo de interiorização na imensidão territorial da Colônia. Espaços foram pontilhados por núcleos sociais, fincaram-se povoações a centenas de léguas do litoral responsável pela formação, houve a fixação de população na linha de fronteira entre o domínio português e o espanhol na América. Assim, a primeira atitude de Antônio Rolim de Moura, ao fundar Vila Bela da Santíssima Trindade no extremo oeste de Mato Grosso, foi a instalação do Pelourinho, dando ciência da criação oficial da vila² : “para o estabelecimento da vila que se deu em princípio de dezanove de março , levantando-se o pelourinho, (...) e se deu o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade”. (MOURA, 1980, p. 74).

A fundação do núcleo de povoamento albergava um significado que ia além do próprio ato: representava a certeza de viver na segurança de uma ordem legal preestabelecida. Mais ainda. Dava a sensação de continuidade da forma já vivida na metrópole e transplantada para um novo local inteiramente diferente e original.³ Sem dúvida, este ato simbolizava a garantia de posse desta terra e, de igual modo espaço de poder e de controle social.

² Pelourinho, era uma coluna de madeira ou de pedra assentada no cento de uma praça usada para castigar os negros escravos, punir os criminosos e bandidos. Servia também como local para proclamar os bandos e ordens régias. No velho latim, **pilorium** é sinônimo de pilar, portanto coluna.

³ De fato, manter-se ligado a Metrópole de tal modo que toda e qualquer vila criada deveria ter seu nome idêntico a de algum lugar já existente em Portugal.

A posse da terra se revela um dos aspectos mais importantes para assegurar o domínio português na América, pois esta Vila estava localizada na fronteira com o domínio dos espanhóis. A preocupação do governador Rolim de Moura se vê expressa em Carta enviada a Diogo de Mendonça Corte Real, em 28 de maio de 1752. Declarava a necessidade de concluir o tratado de Madri estabelecido entre Portugal e Espanha, garantindo a posse da terra para a Coroa portuguesa e estabelecendo os limites definitivos entre as coroas.

Rolim escrevia: “ A conclusão do tratado tira presentemente o receio e a desconfiança que estas causas podiam dar, porém como muitas vezes um acidente perturba os que forem consertados com maior ponderação, e a experiência tem mostrado que cláusulas nenhuma bastam para garantir a observância por este motivo, que se vê a importância do sítio escolhido para a Vila”. (MOURA, 1982, p. 68)

A compreensão de que o poder imposto pela Coroa no processo de reprodução do espaço urbano nada mais era que um instrumento político organizado para a definição de fronteiras que permitissem a ocupação, povoamento e exploração da terra recém-conquistada. Para tanto, não seria unicamente a definição dos limites demarcados por um instrumento legal-- o Tratado, mais ainda, por uma linha imaginária, que iria conseguir estabelecer a posse definitiva da terra. Não bastasse, a conquista e a simpatia dos indígenas que nesta terra já habitavam eram fundamentais para a fixação populacional.

Um incidente entre padres da missão espanhola de São Simão, pertencente a Cia. de Jesus, com índios armados, ao retirarem o marco definidor da posse portuguesa da área demonstra quanto os pequenos incidentes se mostravam cruciais para gerar a instabilidade no ânimo de ambos os lados. A demanda se deu porque alguns sertanistas haviam capturado indígenas fugitivos das Missões de Castela e, por isso padres espanhóis alegavam que estes se encontravam sobre proteção dos espanhóis por estarem nos domínios da Espanha. ... “Padre Ramon Laines Superior da Missão de São Simão foi onde a muito tempo assistem portugueses, e não somente deu uns poucos bofetões em um Bento de Oliveira, que ali se encontrava como lhe tomou os carijós... derrubou a cruz que este havia posto há anos por padrão de nossa posse”. (MOURA, 1982, p. 69)

Desse modo, ambas as Coroas portuguesa e espanhola, pretendiam garantir seu domínio sobre o espaço recém-conquistado e rico em ouro. Ainda pouco habitado, a Vila possuía, no ano de 1800, cerca de 7.105 habitantes entre brancos, índios, pretos e mulatos. (LEVERGER, Apontamentos Cronológicos). Importante, portanto, era criar raízes, urbanizar os espaços de fronteira.

No ano de 1752, Rolim de Moura inicia o processo de urbanização de Vila Bela, informando ao ministro:

escolhi para praça principal um terreno alto onde cheia nenhuma possa chegar, dava-lhe uma forma quadrada assinalei o que corresponde o oriente a Matriz, continuando para o poente as casas da Câmara e o do Norte as casas de residências e a do sul para os quartéis. As residências e o quartel construídos em sobrados. Continuo informando que a cada canto da praça saíam ruas em cruz em ângulo reto com a outra sendo oito no total, uma delas leva diretamente ao porto onde manda deixar um grande largo ou praça irregular.

Toma cuidado para que as casas fiquem alinhadas e *bem perfiladas com fachadas iguais*.

Modelo de urbanização quadriculado, em tabuleiro comumente utilizado pelos espanhóis na conquista da América, não se esquecendo de que, nesse período, se deu a união das Coroas espanhola e portuguesa.

A organização urbana, aparentemente assim definida, adquire um desenho tal como assinalado por LEFEBVRE (1974), um instrumento político de controle da sociedade. A formação deste espaço pensado com base na concepção de uma autoridade colonial sem formação urbanista, mas, por outro lado, tempo extremamente organizada para que os espaços servissem como referencial do controle social. Dotada de um pragmatismo que integrava ao mesmo tempo o mundo espiritual aos poderes temporais, merecem registro com a presença da matriz, a casa da Câmara, o quartel, a casa do fisco e a residência do governador. Deste modo, o colonizador impõe ordem, conferindo a impressão de segurança.

A ocupação e o uso do espaço seriam facilmente realizados, tanto politicamente como de forma tributária. Enfim, o controle da sociedade. Sem dúvida, a representação simbólica do poder da Coroa portuguesa na Colônia, simulada de neutralidade, de insignificância, que, no entanto, serviria para controle das relações sociais em seu cotidiano.

Nota-se o controle das práticas do comércio, das trocas, das idas e vindas de forasteiros e mineradores, de indígenas, de sertanistas e de invasores espanhóis. Convém lembrar que no núcleo urbano é que se instalam as estruturas administrativas e são elas que garantem a sede do poder civil e religioso, onde se desenvolvem também as atividades comerciais e culturais. No núcleo urbano se instaura o poder régio nas terras ocupadas, conquistadas e desbravadas.

A Igreja também se associava ao governo, pois, através dele e dos vassallos mais abastados, eram edificadas capelas e igreja, onde padres autorizados pela Coroa exerciam seu ofício religioso e poder. Os Anaes de Vila Bela registram que, nas festividades da bênção da Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens foi que, o capitão-general de exercícios militares ordenou a formatura dos seus comandados com as bênções do pároco aí existente.⁴

Por ordem do marquês de Pombal para expulsão dos jesuítas de todo o domínio português, Rolim de Moura foi levado a acatar esta determinação expulsando os fies religiosos que o acompanharam desde sua chegada ao Brasil. Estes prestavam um excelente serviço ao governador por exercerem controle efetivo dos indígenas. Eram responsáveis também pelo fomento das relações sociais entre sertanistas e mineiros. Não raro, desavenças eram minimizadas e sanadas neste momento pelos padres Agostinho Lourenço e Estêvão de Castro. Haviam ainda abraçado a proposta da catequese dos indígenas com fins políticos, em atendimento às ordens de Rolim de Moura formando na Chapada uma aldeia com os índios bororos e parecis, muitos deles capitulados por sertanistas. (CORREA FILHO, 1994, p. 338)

⁴Foi a primeira vez que puseram em público nesta vila as três companhias que se erigiram: a de milícias, a de brancos, de que é capitão Antônio da Silveira Fagundes; a de pardos, de que é capitão Baltazar de Brito Rocha; e a dos pretos, de que é capitão Henrique Ribeiro Cavaco. In: Anaes de Vila Bela.

Poder e colonização

É de lembrar que poder colonial era o zelador dos interesses coletivos, mas em primeiro lugar dos interesses da Coroa portuguesa. Portanto, ao se preocupar com a colonização da fronteira, o respeito às normas estabelecidas nos Tratados de Madri e Santo Ildefonso transforma o poder colonial. Este acaba por defender os interesses público e privado e, ao mesmo tempo, os interesses coletivos e individuais. Mais ainda. Ao exercitar o poder do espaço urbano e da fronteira pretende-se manter a homogeneidade, no entanto, as contradições permanecem presentes dada a existência das desigualdades sociais e contradições postas nesta sociedade, pela necessidade de posse e exploração da terra. Igualmente, necessário salientar que o poder no espaço irá exigir definições sobre o uso da terra e do solo, normas e atos legais, uma política para cobrança de tributos, ações para infraestrutura, serviços de defesa, enfim investimentos públicos e privados. (SOBRAZO, 2006, p. 97).

Outro indicador importante são as contradições e desigualdades presentes no espaço social, resultado da intervenção do poder da coroa. A existência de conflitos de interesse entre os missionários, sertanistas e mineiros e o poder estabelecido pela coroa portuguesa. Inúmeros incidentes deste calibre foram registrados no decorrer do século XVIII nesta região.

As recomendações Régias de 1749 já apontavam a necessidade de defesa da fronteira, assim manifestada: “Supostos estes fundamentos da justiça da minha coroa, deveis não só defender as terras que os meus vassalos tiveram descoberto e ocupado e impedir que os espanhóis se adiantem para a nossa parte”.

Assegurar a presença dos indígenas era fundamental, pois possibilitava não só o povoamento favorecendo a fixação de população da área de fronteira como também permitia investir em sua defesa. Desenvolvimento de relações sociais com os indígenas era de importância vital para a existência da capitania. A grande estratégia adotada pela Coroa foi dar ao indígena o status de vassalos. Promovendo seu alistamento no corpo de linha, militarizando a população, criando aldeamentos controlados pela Metrópole, favorecendo o controle da ordem pública.

O saber indígena foi significativo para a ocupação e permanência na fronteira de um contingente razoável de homens e mulheres. Do colonizador afluía admiração e

medo no tocante ao clima, à natureza dos pantanais, do cerrado e da floresta. Nos relatos dos sertanistas, verificamos a curiosidade e, ao mesmo tempo, a facilidade com que os gentios tratam a natureza, com o que comem, com o que colhem, com o fabrico de suas armas, com seu modo de enfrentar as doenças, os medos seus credos e crenças. Sua relação como outros “gentios bárbaros”. De igual modo, como se movimentavam pelos sertões, nas trilhas com entradas e saídas intrincadas, nos confrontos com os inimigos, com a violência das águas, com a falta de alimentos, dos calores excessivos, com as hordas de mosquitos e de insetos de toda a qualidade os maiores conhecedores da complicada topografia, da navegação dos rios, de rotas e caminhos, de alimentos e plantas curativas próprias da região os indígenas contribuíram para a fixação do português nos sertões de Mato Grosso. Assim, contribuíram com o processo de reprodução das relações sociais entre colonizadores e indígenas.

O objetivo primordial da ocupação tinha como fim atender às atividades mercantilistas do império português. A reprodução das relações sociais frutificou, responsável pela miscigenação populacional, as quais permitiram o surgimento do sentimento de pertencimento possibilitando a preservação deste espaço para o império português. Sertanistas faziam constantes incursões para escravizá-los, levando-os para os domínios espanhóis ou para São Paulo com o intento de servirem de mão de obra: “Apareceu missionário e sertanistas e índios armados e após cerimônia religiosa pediu licença para arrebanhar índios das circunvizinhanças. Embora negada a autorização ainda conseguiu levar cerca de 70 índios”.⁵ Das palavras de Boaventura de Souza Santos, “o domínio da descoberta sobre aquele que foi descoberto é de produzir inferioridade, recorrendo a múltiplas estratégias de inferiorização do outro .. podemos mencionar a guerra, a escravatura, o genocídio, o racismo, a desqualificação, a transformação do outro em objeto de recurso natural”. (BOAVENTURA,2018)

Reprodução das relações sociais nos espaços de fronteira

Ao analisar as reais condições do espaço de fronteira, devemos considerar a produção e reprodução dos seres humanos, à luz do que conforme destaca Lefebvre: “há

⁵ Carta a Diogo de Mendonça Corte Real 31 de janeiro de 1756 citado do Virgílio Correa Filho, in: História de Mato Grosso, 1994, p. 336

reprodução das ideias das verdades, assim como das ilusões e dos erros. Há produção da própria consciência”. (LEFEBVRE, 1994 p. 35)

No território colonial a autoridade representativa da coroa possuía além do status legal, sua vivência local responsável por determinar suas próprias representações e ideais. Tudo isso dificultava a tomada de decisões diante de problemas vivenciados longe da metrópole. O determinante era que o convívio com pessoas detentoras de pouco cabedal e indiferentes ao poder da metrópole exigia respostas e ações imediatas, nem sempre capazes de atender aos interesses de ambos os lados. Os conflitos eram iminentes e a adoção de novas práticas era passível de críticas e de outras demandas. Daí o caráter singular da produção das relações neste espaço. A dupla acepção das relações estabelecidas neste momento responde muito claramente aos interesses da nova conquista.

Opção seria estimular a vinda de casais para as minas. Em correspondência enviada a Diogo de Mendonça Corte Real, o então governador Rolim de Moura, em 1752, informava o número de 70 brancos ponderando que somente sete eram casados. Isto nos povoados de São Francisco Xavier e Santa Anna. Registrava que a população escrava em 1751 era de 1175. No lado espanhol, povoados de Moxos e Chiquitos em 1749 a população atingia a casa de 31.326 pessoas, contabilizados os dois sexos.

Em 1751, assinala Ricardo Franco que, em todo Mato Grosso, deveria haver cerca de 22.000 habitantes. Destaca que entre Cuiabá e Vila Bela havia por volta de 5.000 mulheres e somente 2.000 homens “aptos a pegar em armas.” (SILVA 1995, p. 114)

Num primeiro momento, convém avaliar o processo de acumulação de riqueza nele produzido que acabou por contemplar os interesses tanto da Coroa como dos vassallos. O espaço social, produto do trabalho em sociedade, acaba produzindo um excedente de riqueza visto que a Fazenda Real taxava em ouro todo e qualquer ofício exercido por brancos, negros ou índios. Mais ainda: “arrecadação dos quintos de ouro, dos dízimos dos frutos e dos direitos que se houver de cobrar das fazendas e escravaturas que viessem do povoado...., cada escravo negro ou índio pagaria por bateia três oitavas, cada venda ou loja 11 oitavas, o mesmo cada oficial de quaisquer ofício, os tratantes que

não tiverem loja assentada, 6 oitavas cada carga de seco ou molhado 2 oitavas e da entrada de cada negro a primeira vez 2 oitavas”.⁶

Se, de um lado, a Coroa taxava toda a movimentação de pessoas e os frutos do trabalho, os colonos, por sua vez praticavam a sonegação e o contrabando, pois era muito difícil controlar a extensa fronteira.

O contrabando do ouro e da prata presente durante todo o período colonial aquilatava como era custoso praticar o exercício do fisco.

Não podemos nos esquecer de que, aos poucos, os colonos foram criando identidade própria, por meio das relações socioespaciais produzidas pelos espaços no exercício das práticas cotidianas, tecendo o sentimento de pertencimento resultante das ações construídas no dia a dia de seu trabalho, dando sentido particular ao espaço em que vivem. Ainda lembrando Certeau (2014), “O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer o mundo da memória, segundo a expressão de Péguy”. Assim, o uso dos espaços públicos é o maior responsável pela realização da vida das pessoas em seu cotidiano. Toda a acepção de espaço conquistado, espaço apropriado, pois, segundo Certeau (2014), “o espaço é um lugar praticado”.

Um dos aspectos a considerar para patentear o sentido de apropriação do espaço se dá na construção das relações exercidas no constante fluxo e refluxo das movimentações das pessoas nos espaços públicos das ruas, das praças, do porto aonde chegam as notícias, e as trocas se concretizam. Assim, os habitantes da vila no fazer de seu cotidiano adotam o espaço para a construção de sua própria identidade ligada ao vivido, à forma como dele utilizam, indo além do seu contexto material, físico. Enfim, o espaço construído envolve sentimentos, aspectos simbólicos, o imaginário potencializando as mudanças e transformações.

As observações dos antigos cronistas reforçam a afirmação de Certeau (2014): “o espaço é o lugar praticado”. Observando um manuscrito sobre a cidade de Cuiabá do século XVIII, verifica-se um pequeno aglomerado de casas construídas com paredes largas em taipa de pilão cortadas por ruas de traçado irregular fincadas na encosta do

⁶ F. J. Nogueira Coelho. Memórias Cronológicas. Da Capitania de Mato Grosso, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XIII, julho a dezembro 1850.

morro da prainha. Crescendo aos poucos a partir do lugar do trabalho (das lavras do Rosário) para o porto geral, lugar por onde chegavam e saíam os gêneros e o ouro recolhido das minas. Neste lugar é que se desenrolam as relações sociais que transformam o espaço, envolvendo aspectos simbólicos, incorporando a capacidade que a vida cotidiana possui sobre a apropriação do espaço, construindo sua identidade por intermédio das experiências vividas por seu uso. Assim, as ruas de Cima, do Meio, de Baixo, o Canto do Sebo e o Largo da Mandioca representavam a Vila Real do Senhor do Bom Jesus de Cuiabá. (FREITAS, 2011, p. 20 e 30). Dessa forma convém trazer à cena as palavras de Jene Jacobs: “falar sobre o dia a dia, sobre a vida das pessoas, é falar sobre a sua rua: tudo se encontra surpreendentemente próximo de nossas casas, perto da superfície e nas imediações de nossas vidas. Basta sabermos olhar para fazer a montagem urbana: os símbolos se mantêm perenemente presentes”. (JACOBS, p. 320)

A singularidade estampada nos nomes pelos quais foram batizadas as ruas reforça as afirmações de Certeau quanto ao espaço ser o lugar praticado. Nos relatos e memórias de Toledo Pizza, no tocante às festividades realizadas no século XVIII em Vila Bela, são exemplos claros da necessidade que o habitante deste espaço longínquo da Metrópole tinha em reafirmar os costumes da Corte portuguesa na Colônia, e mais ainda, de manifestar a posse e a congregação entre os diversos estratos sociais, ao mesmo tempo em que construía uma identidade local.

Em 1769, chegava a Vila Bela o governador Luiz Pinto de Sousa Coutinho: “passaram a fazer-lhe outros festejos, foram três tardes de cavalhadas em que concorreram as pessoas da primeira nobreza da terra, cinco comédias e duas óperas, que tudo se representou em tablado na rua, além de outras danças e folguedos, que levavam muitos dias”. (SIQUEIRA, RIHSP, vol. IV)

O sagrado no espaço colonial

Mesmo que o Estado, no caso a Coroa portuguesa, exercesse papel preponderante no ordenamento do uso dos espaços coloniais, nesta sociedade, onde predominava o regime de escravidão, a criação de irmandades surge como lugares próprios e, a seu modo, conferiam status e prestígio à população negra, referendando a reprodução das relações sociais entre negros e brancos.

Em Cuiabá desponta e a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Mesmo que regulada pelo poder constituído, representou um espaço onde os negros praticavam sua fé.

As irmandades se tornaram espaços livres em que os negros reconquistavam sua identidade cultural, muitas vezes transformadas em verdadeiro ambiente de resistência local dos homens cativos para resgatar suas práticas religiosas ancestrais. No século XVIII, a organização de irmandades se intensificou na Colônia cuja intenção era a adoração de seu santo padroeiro com os recursos da arrecadação de fundos conseguiam construir e embelezar as igrejas e capelas. (LACERDA e JESUS, 2008, p. 29)

Nestas igrejas e capelas, as afinidades entre os negros iam muito além, teciam uma rede de relações extrapolando as preces e ofícios religiosos. Laços de solidariedade de ajuda mútua propiciavam o auxílio para sepultamentos mais dignos, bem como e missas especiais para almas dos irmãos falecidos, assistência aos órfãos e viúvas. Asseguravam assim sua presença e visibilidade junto à comunidade e aos seus habitantes. (SILVA, 2001. p.38)

Em dias de festas dos santos padroeiros dos negros estes agarravam a oportunidade de manifestar suas tradições africanas. Deste modo garantiam sua identidade cultural. Não raros, este era o único espaço para o convívio social dos negros escravizados.

As Irmandades dos negros, inúmeras vezes, conseguiam arrecadar recursos para promover a alforria de escravos.

Convém lembrar que as irmandades também expressavam uma estratificação na sociedade colonial.

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário congregava negros forros e escravos Organizadas segundo os diferentes grupos sociais, as irmandades revelavam a estratificação da sociedade colonial. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, reuniam negros forros e escravos. Não há como negar que as irmandades difundiam padrões morais e de comportamento, servindo de como reguladores sociais do cotidiano das minas de Cuiabá e Vila Bela. Enfim amparavam os aspectos da vida privada e da vida coletiva da Colônia. (SILVA, 2001, p.38)

Considerações finais

Grande era a dificuldade em manter a fixação da população em área de fronteira tão extensa. Com a descoberta do ouro em Mato Grosso, as bandeiras de apresamento se transformaram imediatamente em bandeiras mineradoras trazendo consigo levas de paulistas, portugueses, mineiros baianos e tantos outros que vinham à procura da riqueza mineral.

Uma grande onda migratória foi se avolumando à medida que novas descobertas eram desveladas. Chegavam expedições fluviais, denominadas de monções, que navegavam por vários roteiros modificando Cuiabá. No dizer de Afonso Taunay, “transformando o arraial sertanejo em vila paulista, a mesma organização administrativa, e os mesmos hábitos”. (1961, p. 47). Nos idos de 1722, grandes levas de pessoas chegavam a Cuiabá saindo de São Paulo de tal modo que o governador de São Paulo, Rodrigo Cezar informava ao vice-rei que muita gente já se achava em Cuiabá, entre eles muitos homens principais da capitania de São Paulo, alguns criminosos, não sendo menos respeitados por terem grande séquito (TAUNAY, 1961, p. 51).

Assim, a densidade populacional trouxe consigo a necessidade de criação de uma estrutura que garantisse a sobrevivência da população alojada nas minas, uma estrutura de produção de víveres agrícolas e pastoris.

A reprodução das relações sociais resultante do convívio entre pessoas de diferentes categorias sociais se intensifica e se revela importante para assegurar a presença destas gentes com o fim de garantir a posse das terras para a coroa portuguesa.

O rio Paraguai permitia o acesso dos espanhóis às posses portuguesas. O favorecimento de benesses especiais, como a concessão e mercês e privilégios aos colonos era imperativo para a reprodução das relações sociais entre estes e a Coroa portuguesa.

No decorrer os anos, foram realizadas edificações de fortes ao largo das fronteiras, um importante investimento para manter os espanhóis distantes das terras de Mato Grosso. Assim, a construção de uma estrutura que garantiria tanto a vigilância como a cobrança de tributos, e ao mesmo tempo favorecia a formação de um aglomerado de pessoas dando origem a pequenos povoados. Grande parte dos habitantes dos fortes, das aldeias, dos povoados e dos presídios eram os nativos da terra. Mestiços e escravos

libertos desenvolviam as atividades agrícolas, o pastoreio, e a mineração participando ativamente das trocas.

Aos poucos a apropriação dos espaços públicos foram concorrendo para a construção de uma identidade própria, de reconhecimento dos espaços coletivos como lugar de realização da vida, das práticas cotidianas da subversão sobre a dominação, dando ensejo ao sentimento de pertencimento, da construção de uma história capaz de levar à transformação da realidade.

Incorporar em nossas reflexões o conceito de espaço da obra de Lefebvre me permitiu avançar para compreender a capacidade que a vida cotidiana e que a apropriação do espaço têm guardada na afirmação de Sobrazo (2006): “construção da identidade das pessoas, do subjetivo ligado ao vivido, às experiências do uso, que vão além da simples materialidade do espaço já que envolvem aspectos do imaginário e do simbólico, incluindo a potencialidade de mudança e transformação”.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. O meio ambiente e a colonização de Mato Gross. in: **Revista Caderno de Publicações**, n.1, 2003. Univag.

_____. **Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)**. Brasília, Ministério da Fazenda, Departamento de documentação.1984.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo. Perspectiva 2015.

PIZA, Antonio Toledo. Notas sobre festas em Cuiabá no século passado e crítica dessas festas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Vol IV. 1899.

CERTEAU, Michel . **A Invenção do Cotidiano**. São Paulo. Vozes, 2 vols. 2014.

COELHO, Felipe José Nogueira. Grosso. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. vol. 13, 1872. Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso.

CORREA FILHO, Vergílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro, 1969.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: 1783-1792**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FREITAS, Maria Auxiliadora de. **Cuiabá. Imagens da cidade dos primeiros registros à década de 1960.** Cuiabá, Entrelinhas, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo, Editora José Olympio, 1984.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades norte-americanas.** São Paulo, Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção.** (tradução da 1ª parte de La survie du capitalisme). Porto, Edições Escorpião, 1973.

----- **La Production de l' espace.** Paris: Editions Anthropos, 1974.

_____ **O direito à cidade.** São Paulo, Centauro, 2008.

_____ **Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O Caminho do Mato Grosso e as fortificações pombalinas da Amazônia. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 251, p. 3-32, abr.-jun. 1961.

MOURA, Antônio Rolim de. **Correspondências.** Cuiabá. Imprensa Universitária. 4 vols. NDIHR, 1982.

SÁ, José Barbosa. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos.** Cuiabá, Ed. UFMT, 1975.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Jeovam Vilela da. **Mistura de Cores.** Cuiabá. Editora UFMT, 1995.

SILVA, Cristiane dos Santos. **Irmãos de fé no poder, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor do Bom Jesus de Cuiabá (1751-1819).** Dissertação de Mestrado UFMT, 2001.

SOBARZO Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação, **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 19, p. 93 - 111, 2006

SOUSA SANTOS, Boaventura de.
http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/27_boaventura2.htm

TAUNAY, Afonso de E. **História geral das bandeiras paulistas.** A Editora Melhoramentos. 1961.